

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e da controlada Virgolino de Oliveira Empreendimentos Imobiliários S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. A Companhia é pertencente ao Grupo Virgolino de Oliveira e possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo. No exercício em curso, essa unidade de Itapira não entrou em operação.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 12 (doze) meses findos em 30 de abril de 2024.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023, a empresa e o grupo ao qual pertence, firmaram o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas estão sendo aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior apresentado, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação.

2.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia tem o poder de estabelecer as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando -se de práticas contábeis consistentes e similares. Eventualmente, quando e se o controle é exercido em conjunto, o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial e é inicialmente, registrado pelo seu valor de custo.

As mudanças nas participações da Companhia em controladas, que não resultem em perda do controle da Companhia, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados, para refletirem mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de acionistas não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das contraprestações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e das participações de acionistas não controladores, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido em “outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio líquido, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para a conta “Lucros (prejuízos) acumulados”). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada, na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração/ *IFRS 9 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.3 Combinação de negócios

Quando aplicável, após o reconhecimento inicial, o ágio eventualmente existente é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

A unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*), ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade

poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessa demonstração são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio

líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.6 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	3,64%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6,41%
Veículos e equipamentos de transportes	14,54%
Outras imobilizações	11,69%

2.7 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

A Companhia não identificou a existência de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis nestas demonstrações financeiras.

2.8 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

(i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros provenientes da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 30 de abril, e quando necessário, efetuou os ajustes a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto, concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

2.10 Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos preços

estabelecidos em termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.12 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

2.13 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais, quando propostos devem ser aprovados pelos acionistas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e não excedem o valor de realização, e estão relacionados a itens de almoxarifados e combustíveis para consumo próprio.

4 Impostos a recuperar

A composição é como segue:

	<u>30/04/2024</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.189
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.980
Imposto de Renda	294
Outros	<u>577</u>
	<u>14.040</u>
Ativo circulante	14.040
Ativo não circulante	<u>-</u>

5 Adiantamentos a fornecedores

Representam valores de adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços, assim apresentados:

	<u>30/04/2024</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	-
Fornecedores de materiais e serviços	<u>23.331</u>
	<u>23.331</u>

6 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com Partes relacionadas, em operações realizadas conforme condições específicas, definidas entre as partes, estando assim apresentado:

	<u>31/03/2024</u>	
	<u>ATIVOS</u>	<u>PASSIVOS</u>
Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	112.211	3.439
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	4.376	377.550
Agropecuaria Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	3.987	2.618
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	46.300	33.003
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	46	-
Pessoas físicas	-	112.448
	<u>166.920</u>	<u>529.058</u>

7 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	<u>30/04/2024</u>
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	282.222
Empréstimos compulsórios	2.706
Demais contas a receber	465
	<u>285.393</u>
Ativo circulante	166.004
Ativo não circulante	119.389
	<u>285.393</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que a Companhia possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. A Companhia espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

8 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	<u>30/04/2024</u>
Açucareira Virgolino de Oliveira S/A - Em recuperação judicial	42.005
Agropecuária Terras Novas S/A - Em recuperação judicial	78.893
	<hr/>
	<u>120.898</u>

O investimento na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial; aquele com o CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado pelo custo ajustado pelo valor justo, e com a UPI Usina Catanduva Ltda. avaliado ao custo.

No Passivo não circulante é apresentada a Provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 120.898 que representa a participação acionária detida pela Companhia na controlada direta Agropecuária Terras Novas S.A., equivalente a 21,08% do seu capital, que nesta data, apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 374.208, e R\$ 42.005, que representa a participação acionária detida pela Companhia na controlada direta Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, equivalente a 99,3517% do seu capital, que nesta data, apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 42.279.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

A Companhia possui outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes desde a época em que recebeu como parte do acervo líquido da incorporação de ativos da Usina Catanduva ocorrido em 30/10/1997. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, até a emissão das presentes demonstrações, não foi possível identificar e confirmar a participação detida em cada uma delas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, em uma adequada avaliação e mensuração são baixas, e por conseguinte, foi constituída “Provisão para perdas” no montante integral desses investimentos, registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em 30 de abril de 2024
Em milhares de reais

Conta	Descrição	Valores em Reais - R\$	
		Custo	Provisão para perdas
13130002	BANCO BRADESCO S.A.	285,02	(285,02)
13130004	BANCO FENICIA S/A	2,24	(2,24)
13130007	BANCO NACIONAL S/A	3.344,27	(3.344,27)
13130008	BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - BBC	50.000,00	(50.000,00)
13130011	EMBRAER S/A	13.445,58	(13.445,58)
13130012	CONDECRER S/A	25.176,56	(25.176,56)
13130020	FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
13130022	F I N A N	47.655,88	(47.655,88)
13130024	FUNDO INVEST. SETORIAL FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
13130027	HOSPITAL SAO DOMINGOS S/A	2.491,22	(2.491,22)
13130031	PAGRISA PASTORIL AGRICOLA S/A	1.221,74	(1.221,74)
13130033	F I N O R	3.057,37	(3.057,37)
13140002	C O F O C A T	19.327,69	(19.327,69)
13140008	COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
13140010	COOPERATIVA DE MOCOCA	582,05	(582,05)
13140012	COOP PLANT CANA DO OESTE SP	1.119,45	(1.119,45)
	Total	183.942,81	(183.942,81)

9 Imobilizado

A composição é a seguinte:

Descrição	Custo	Depreciação		Líquido	Líquido
		Acumulada			
Terrenos e propriedades	1.285	-		1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.716	(11.014)		8.702	8.459
Maquinas, equipamentos e instalações industriais	61.262	(48.659)		12.603	12.736
Móveis e utensílios	6.232	(5.159)		1.074	1.338
Obras em andamento	12.775	-		12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-		326.140	326.140
Outras imobilizações	294	(0)		293	315
	427.705	(64.833)		362.872	363.048

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/03/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.459	-	243	-	8.702
Maquinas, equipamentos e instalações industriais	12.736	1.049	(1.182)	-	12.603
Móveis e utensílios	1.338	46	(310)	-	1.074
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	315	23	(45)	-	293
	363.048	1.118	(1.294)	-	362.872

10 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	<u>30/04/2024</u>
Salários e encargos a pagar	935
Provisão de férias e encargos	594
Provisão para 13 salário e encargos	<u>289</u>
	<u>1.818</u>

11 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a Companhia atuou como cooperada junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>30/04/2024</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	34.818
Tributos <i>sub-judice</i> garantidos por fianças bancárias	32.822
Parcelamentos tributários	4.235
mentos recebidos por operações descontinuadas	28.381
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(7.823)</u>
Total	<u>92.433</u>
No passivo circulante	29.765
No passivo não circulante	<u>62.669</u>
	<u>92.433</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída à Companhia em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos

garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, a Companhia utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 11,75% % a.a.

12 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/04/2024</u>
Tributos Estaduais	304.426
Tributos Federais	586.731
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	27.678
Tributos Municipais	2.161
Taxas a Associação de fornecedores de cana	2.375
Tributos Sindicais	<u>319</u>
	<u>923.690</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

13 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	<u>30/04/2024</u>
Credores Classe I	107.547
Credores Classe II	146.991
Credores Classe III	714.115
Credores Classe IV	11.259
Credores Extraconcursais	<u>5.700</u>
	<u>985.612</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 13.578 o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de Despesas Administrativas e gerais no resultado operacional.

Adicionalmente, as demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, existem outras, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, tendo sido estimadas em R\$ 10.356.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 59.441.219 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

	<u>30/04/2024</u>
Receita de vendas de almoxarifados	-
(-) Impostos sobre vendas	-
Receita líquida das vendas	-

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>30/04/2024</u>
Despesas com pessoal	9.052
Serviços de terceiros	27.050
Despesas tributarias	390
Insumos e materiais	1.313
Diversos	1.125
	<u>38.931</u>

18 Resultado financeiro

	<u>30/04/2024</u>
Receita Financeiras	
Outras operações	150
	<u>150</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outras	(92.252)
	<u>(92.252)</u>
Variações cambiais liquidas	<u>(23.215)</u>
Receitas (Despesas) financeiras do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(115.317)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *